



# • *mais* igual?

QUAIS SÃO  
OS PRÓXIMOS  
PASSOS NO  
CAMINHO PARA  
A IGUALDADE?  
FALAMOS COM  
**ROSA MONTEIRO,**  
SECRETÁRIA  
DE ESTADO PARA  
A CIDADANIA  
E IGUALDADE.

Por *Ligia Gonçalves*

**Estaremos** de facto a caminhar para um país mais igualitário? Que batalhas se seguem para a conquista desse objetivo? À luz da aprovação, e disponibilização para consulta pública, da Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação, intitulada Portugal + Igual, que define as medidas governativas nesta matéria entre 2018 e 2030, sentámo-nos com a secretária de estado Rosa Monteiro.

**ELLE:** Com o lançamento desta estratégia, que comporta 149 ações, divididas em três grandes pilares, quais serão as grandes bandeiras?

**ROSA MONTEIRO:** Esta estratégia parte conceptualmente, e fazemos questão que assim fosse, da questão dos estereótipos. É uma linha transversal e condutora de toda a estratégia. A estratégia é como que um chapéu que está em diálogo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que está em diálogo com aquilo que são os nossos grandes compromissos internacionais, com aquilo que são também as nossas orientações políticas, e o património das políticas públicas que temos tido no nosso país. E a nossa conceptualização parte precisamente da questão dos estereótipos como estando na raiz dos problemas da desigualdade e discriminação nestes domínios. Para isso temos três grandes planos de ação. E dentro dos planos de ação temos várias modalidades de políticas. Temos as chamadas políticas anti-discriminação, ou de igualdade de oportunidades. Porque em muitas áreas ainda é necessário assegurar que a lei permita e facilite igualdade de oportunidades. Temos algumas medidas de ação positiva. Por exemplo, uma das medidas previstas é a revisão e avaliação da lei da paridade. Temos de perceber qual foi o impacto da lei da paridade. E também, desde logo, a monitorização do novo diploma aplicado ao setor empresarial, nomeadamente às empresas cotadas, e ao setor empresarial público. E depois também temos as chamadas medidas de mainstreaming, que são extremamente im- ▶

portantes, e que foram o grande contributo para as políticas de igualdade a nível mundial, na sequência da Conferência de Pequim de 1995 que lançou este grande desafio, que é: é preciso transversalizar. Uma política de igualdade, para ser efetivamente transformadora, tem de transformar o sistema, tem de transformar o status quo, tem de transformar a forma como as organizações funcionam. Em várias dimensões. E daí a preocupação em capacitar os nossos mecanismos para a igualdade que são pouco conhecidos, mas fazem um trabalho notável, como a CITE e a CIG. E há outro cuidado e preocupação que tivemos que foi o facto de Portugal precisar de um sistema de informação estatístico que seja útil para a imprensa e para a decisão política.

**Sim, há um investimento claro na estatística neste plano. Que tem de se fazer.**

**Especialmente tendo em conta que é um plano a 12 anos.**

Sim, a estatística é fundamental para a visibilidade dos problemas, e para o trabalho sobre eles, porque é muito difícil no nosso país termos dados atualizados sobre um determinado fenómeno. Articulamos isto com os nossos parceiros noruegueses. Porque o mecanismo semelhante ao INE da Noruega permite-nos que no mapa da Noruega, clicando em cada município, consigamos ver o retrato da desigualdade de género no território. E isso é muito importante para quem tem de intervir politicamente nos territórios, e para quem tem de realizar estudos sobre as assimetrias. Porque não podemos continuar mais com o afastamento desta problemática das políticas, sejam locais, sejam de âmbito nacional. Porque tudo tem impactos diferentes sobre mulheres e homens.

**E para lá da estatística, ainda subsiste uma ideia binária de cor-de-rosa / azul?**

Sim. Na base [dos problemas] está sempre essa questão dos estereótipos. E depois dizemos: "Ai não, são as mulheres e os homens que escolhem". Nós aprendemos nas ciências

sociais que isto da escolha e do voluntarismo do sujeito não acontece. Somos sempre condicionados na nossa vida e nas nossas escolhas por aspetos muito subtis da socialização. E portanto quando meninas e meninos são sempre colocados a fazer atividades diferentes, a brincar com coisas diferentes, a ter interesses que se constroem de forma muito diferente, depois isso desemboca neste complexo que é muito difícil de partir. Depois há aqui [na estratégia] uma linha nova. Quer dizer, eu acho que é nova pela força que ela tem, pela forma como está presente nos planos: a questão da interseccionalidade, que é o reconhecimento da diversidade das mulheres. E que é uma questão que me preocupa desde sempre. Nós temos de chegar a outras mulheres e temos de dar visibilidade a problemas diferenciados porque as mulheres não são um grupo homogéneo.

**Abordando a questão da interseccionalidade, este plano contempla de forma muito específica a eliminação da Mutilação Genital Feminina. E fala-se especificamente do assunto. Em 2016 o primeiro estudo sobre a MGF estimava que cerca de 6576 mulheres e meninas tinham sido submetidas ao procedimento. Daí que este plano procure responder a este problema premente?**

Sim, englobado na categoria de práticas nefastas. Juntando os casamentos precoces e forçados.

**Para este problema contemplam-se ações de prevenção, sensibilização, qualificação de profissionais. É uma aposta na educação e menos na penalização?**

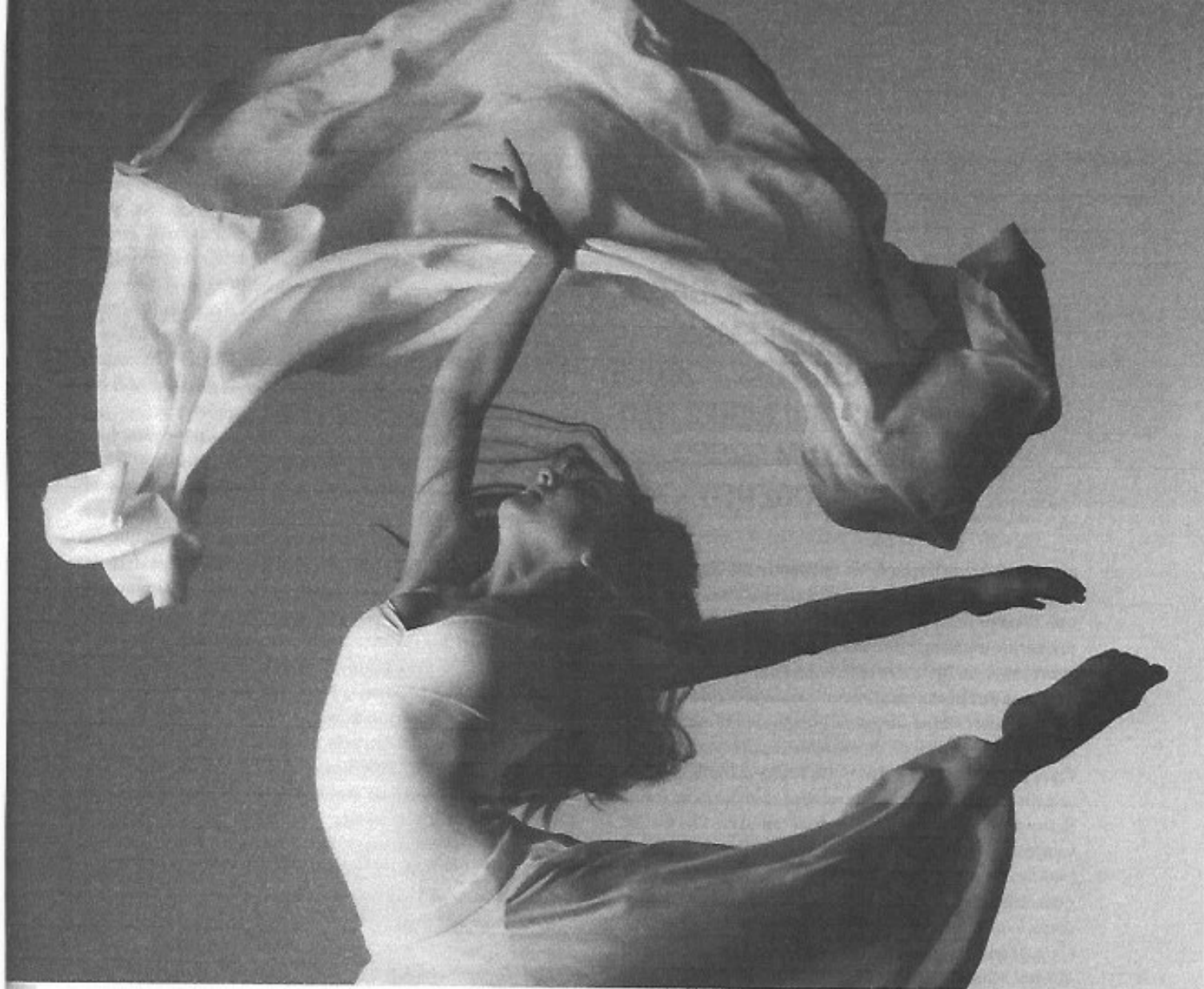
É uma aposta na prevenção. Mas também, em muitas componentes, na fiscalização e no reforço da capacidade das várias entidades intervenientes para sinalizarem o problema e agirem em conformidade. Quando eu estou a capacitar profissionais do setor da saúde, das polícias, etc., eu estou a alertá-los para o facto de que isto é um problema. Isto é um crime. E portanto, sendo um crime, eles têm de atuar. Portanto não estamos só no nível da sensibilização. E não há melhor forma de sensibilizar do que dar visibilidade ao problema, na minha perspectiva. E capacitar, dar formação, isso é muito transformador. Reforçar a capacidade das organizações para a intervenção.

**Prevê-se então, ou pretende-se, um incremento na aplicação da legislação nos casos de violência contra as mulheres, em que a legislação parece ainda muitas vezes insuficiente?**

Sabe que curiosamente é reconhecido de forma quase consensual que nós temos uma legislação ótima. É sempre



**“SOMOS SEMPRE CONDICIONADOS NA NOSSA VIDA E NAS NOSSAS ESCOLHAS POR ASPETOS MUITO SUBTIS DA SOCIALIZAÇÃO.”**



esse problema. Na área da igualdade temos sempre uma legislação ótima. E, neste caso da violência, tenho-me reunido ultimamente com o grupo de trabalho, por causa dos planos. Eles tiveram oportunidade de olhar para os planos, dar contributos. Fiz questão de uma consulta muito intensa e muito próxima. E é quase consensual a ideia de que a legislação é boa. Nós precisamos de afinar os mecanismos de aplicação e de ligação, de articulação, dos vários protagonistas desta rede. Desde as polícias, aos tribunais, às respostas da segurança social, das casas de abrigo, dos gabinetes de atendimento, dos municípios.

#### **Falha a aplicação?**

Eu não diria que falha completamente. Porque na base das situações de violência estão as assimetrias, a questão da subordinação. A Convenção de Istambul parte, aliás, precisamente desse pressuposto. Por isso é que ela foi uma

a violência contra as mulheres tem na sua origem a questão da subordinação. Tem na origem e tem como consequência a reprodução dessa subordinação. E, portanto, temos de dar resposta a isto reconhecendo que temos de dar respostas às situações de violência que ocorrem, ao nível da sinalização, de sermos todos e todas mais conscientes e mais predispostos a denunciar, a encaminhar, a capacitar as vítimas, criando uma rede com menos buracos, que suporte mais e dê repostas mais afinadas. E ao nível da prevenção. Evitar especialmente também nas camadas mais jovens, onde os problemas da violência são elevados. Os indicadores de violência logo em idades muito baixas são preocupantes e portanto temos de atuar também aí.

**Em particular na questão da violência doméstica. Insiste-se muito na ampliação do apoio, na melhoria do serviço prestado, especialização e sobretudo na qualificação dos**





“TEMOS DE CHEGAR A OUTRAS MULHERES E DAR VISIBILIDADE A PROBLEMAS DISTINTOS. PORQUE AS MULHERES NÃO SÃO UM GRUPO HOMOGÊNEO.”

sive prevista a celebração de um protocolo com o Conselho Superior de Magistratura em matérias como a formação e as boas práticas. Nesse sentido está também prevista a criação de uma matriz de uniformização sobre as sentenças proferidas em primeira instância. Estas medidas são uma resposta direta aos recentes acórdãos polémicos? E, sendo que esses acórdãos surgem de organismos oficiais [os tribunais], é uma tomada de posição do governo?

Eu acho que podemos dizer que é uma tomada de posição, mas ela não é reativa. Porque sempre se investiu na formação destes profissionais. Posso-lhe dizer que já em 2016 e 2017 o Centro de Estudos Judiciários promoveu bastante formação para muitos magistrados na área da igualdade de género nas questões da violência. Portanto não é novo isto, ao contrário daquilo que possa parecer. Mas também é uma afirmação clara de que há aspectos no sistema que têm de mudar. E o que nós achamos é que esta visibilidade, que decorreu destas controvérsias públicas em torno de acórdãos inaceitáveis e incompreensíveis no nosso quadro atual, vem contribuir também para o reconhecimento de alguns profissionais, e de alguns setores que tem de haver uma mudança naquilo que são as suas representações.

**De certa forma esses acórdãos acabam por validar a ideia de subordinação.**

Pois, legitimam, naturalizam algumas coisas. Mas isto é um problema que já vem muito de trás. Eu sempre acompanhei trabalhos de análise e de investigação sobre sentenças. Porque, repare, os juízes, os professores, os sociólogos, para não estar a culpar só outras profissões, todos nós bebemos destes estereótipos, bebemos destes modelos que segmentam, que têm visões da mulher como um ser subordinado.

**Fomos todos educados em segregação?**

Fomos e somos educados em segregação. E repare que quando nós queremos investir na educação e desconstruir essa

bem compreendidas. Era aquilo que eu lhe dizia. E esse para mim é o grande paradoxo das políticas de igualdade. E isso vê-se nas polémicas quando a CIG intervém.

**Quando entreviu no caso da Porto Editora, por exemplo.**

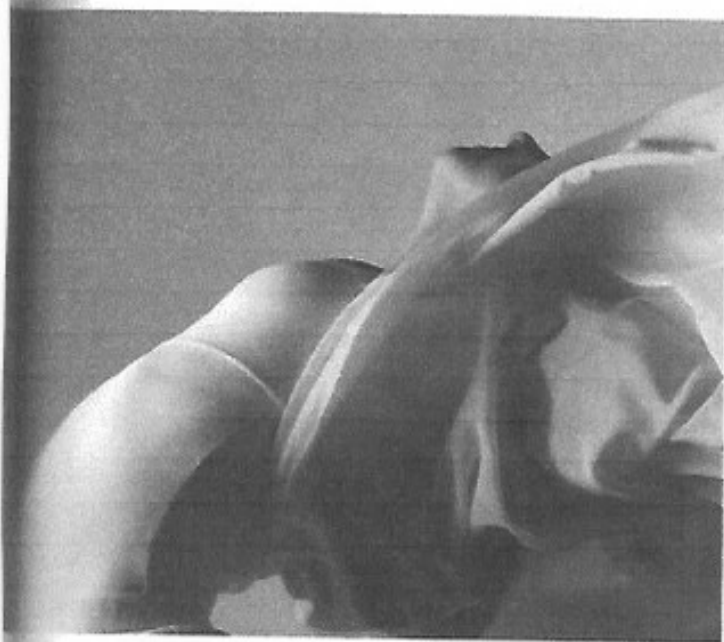
Sim, o da Porto Editora. Mas tantos outros casos. Temos mecanismos que permitem fiscalizar e validar os conteúdos dos manuais escolares. Estamos a falar de manuais, aquilo [no caso Porto Editora] eram fichas. E temos guiões que dão instrumentos que permitem aos professores e professoras descobrir o monstro, como eu costumo dizer. O monstro, [é] o estereótipo. Mas basta abrir os nossos manuais escolares para vermos que realmente a diversidade não é o que impetra. Da mesma forma que os estereótipos são muitas vezes reproduzidos e presentes. Portanto, há aqui um caminho e uma construção que se vai ter de ir fazendo e isto tem de ser reconhecido. Ou seja, nós só conseguimos eliminar estas consequências da desigualdade, que são visíveis, se tivermos a coragem de atacar na base. Eu lembro-me que em torno dessas polémicas se dizia: “Não aconteceu nada de mal, não nos aconteceu nada de dramático por termos sido educadas com bonecas, ou os rapazes terem sido...”. Como é que sabemos se não tivemos outro modelo? Se calhar hoje havia mais meninas no setor das tecnologias. Se calhar hoje as mulheres ganhavam de forma mais igualitária.

**Mais mulheres empreendedoras, presidentes de câmara...**

Claro. Tínhamos tido mais liberdade de escolha. Porque se nos impõem quadrados desde que nascemos... E até há estudos que provam que logo a própria interação das mães com as suas barrigas é condicionada por ser um menino ou uma menina. Portanto realmente somos socializados nestes modelos binários que depois determinam tudo. Portanto não é aceitável dizer-se: “Não aconteceu nada de mal”. Claro que aconteceu tudo de mal. E a consequência é a violência, são as discriminações salariais, é a segregação nas profissões, é o insucesso escolar dos rapazes, é a dificuldade das mulheres ascenderem a cargos de direção e de chefia, é a dificuldade dos homens terem e assumirem paternidades cuidadoras. Essas também são linhas de intervenção previstas nos planos. É a dificuldade dos rapazes assumirem outras masculinidades que não a hegemónica. Portanto, claro que houve mal e claro que há mal. E portanto esta é a dupla abordagem que temos de ter sempre. Agir sobre as consequências, mas atuando

Daqui a quatro anos, quando estivermos a avaliar os resultados dos planos, o que é que será considerado um sucesso?

Uma boa taxa de execução [das medidas] será sem dúvida uma vitória. Mas também a redução daquilo que são indicadores de diagnóstico negativo que queremos ver melhorados. Veremos a igualdade de mulheres e homens mais transversalizada em setores onde isso não acontecia, na investigação médica, nas áreas da saúde, do ensino superior, ainda mais na educação, ainda mais nos instrumentos na área do trabalho e do mercado de trabalho. Mas depois também nos indicadores de impacto, que vamos ter em toda a estratégia. Onde é que queremos estar? Onde é que queremos estar ao fim de quatro anos? Onde é que queremos estar ao fim de doze anos? Queremos reduzir as disparidades salariais, queremos melhorar a participação das raparigas e das mulheres no setor das TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação), das engenharias, queremos melhorar o equilíbrio na distribuição de mulheres e homens pelas várias profissões e sectores profissionais; queremos mais respeito pelas questões LGBTI. ■



## PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES

**ALEXANDRA SILVA** *Presidente*

«A urgência é por uma mudança estrutural e sistémica. Queremos viver livres de condicionalismos sociais que nos limitam e impedem modos de ser, estar e pensar. Queremos ser tratadas com respeito e igualdade, tal como os homens. Queremos viver numa sociedade feminista, onde a pertença sexual não conduza à exclusão, à desigualdade e à discriminação».

## A igualdade vista e pensada por três agentes de mudança.

**UMAR MANUELA TAVARES**

*Membro da direção da Umar e uma das suas fundadoras, investigadora em estudos sobre as mulheres no CIEG - ISCP Lisboa.*

«Consideramos que cumprir tudo aquilo que vem na Convenção de Istambul é muito importante. Que tem a ver com as diversas situações de violência, o assédio, a violação, os casamentos forçados, a mutilação genital feminina. Outra questão que pensamos ser determinante é dar melhores condições de trabalho e sociais às mulheres. Uma mulher que vive em precariedade constante não tem condições para a participação. E nós queremos que as mulheres participem. E não que apenas uma elite participe. Mas para participarem têm de ter condições sociais para o fazer».

**BLOCO DE ESQUERDA**

**SANDRA CUNHA**

*Deputada para a área da Igualdade e Não Discriminação*

«Importa atuar em várias frentes. Na eliminação de estereótipos de género, na conciliação trabalho-família-vida pessoal, na desigualdade salarial, na promoção da participação cívica e política, na garantia da representação partidária na tomada de decisão política e nos cargos de direção e liderança, na eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres com especial enfoque na violência doméstica e violência no namoro. Importa olhar a fundo para o sistema judicial. Das queixas de violência doméstica anualmente apresentadas, apenas cerca de 16% chegam aos tribunais. Destas, cerca de 90% acabam em pena suspensa. Importa a coragem política para efetuar alterações que realmente imprimam mudança. A intervenção na educação é, também ela, essencial para afrontar os estereótipos de género que moldam comportamentos, visões e papéis de género».